

**ACTA N.º 02/2006**

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e oito de Abril de dois mil e seis.

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António Simões Saraiva.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. António Correia Dias, o Sr. João José Pereira Esteves, o Sr. Engº Carlos Augusto Inácio da Fonseca, o Sr. Sebastião Monteiro Soares e o Sr. António Luís de Brito, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Verificou-se, igualmente, que não estava presente o Sr. Adérito de Jesus Carvalho, que não remeteu justificação relativa à sua ausência. Também se encontrava ausente a Sra. D. Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Pouca da Beira, que designou, para sua substituta, o Sra. D. Maria José Miranda Vilas Boas, Secretária da mesma Junta de Freguesia.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2005.

III – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do Resultado Líquido do ano de 2005.

O Sr. Dr. Simões Saraiva iniciou a presente sessão fazendo referência a mais um aniversário do 25 de Abril, propondo que, pela solenidade da data e pelo padrão verdadeiramente histórico que essa data marca e marcará na vida nacional, ficasse registado nesta sessão um testemunho de congratulação com este acontecimento. Concluindo, lembrou o 25 de Abril como a revolução que repôs aquilo que era fundamental para a vida nacional portuguesa – a

democracia –, que acabou com a Guerra do Ultramar e que trouxe a liberdade, as garantias e o poder popular.

Seguidamente, foi posta à votação a acta da sessão ordinária de 24 de Fevereiro de dois mil e seis, tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções.

Depois, após o Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida, entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções.

Foi, então, dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes, que iniciou a sua intervenção lamentando o facto de, neste ano, como nos últimos anos, nada se ter feito em Oliveira do Hospital para comemorar o 25 de Abril de 1974. Ainda relativamente a este assunto, referiu-se ao facto de nem sequer ter sido hasteada a bandeira nacional no edifício dos Paços do Município, conforme estipula a lei, o que constituiu uma falta gravíssima.

Em seguida, fez a seguinte interpelação ao Sr. Presidente da Câmara:

“Em conformidade com as competências de fiscalização e acompanhamento da actividade da Câmara Municipal e demais poderes da Assembleia Municipal definidos na lei, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista desta Assembleia vem requerer formalmente, através da presente interpelação, ao Sr. Presidente da Câmara que sejam dadas explicações claras e conclusivas a esta Assembleia acerca das acusações tornadas públicas sobre o funcionamento da Câmara Municipal e a actuação do seu Presidente.

A presente interpelação resulta do teor das graves acusações proferidas pelo então Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, uma pessoa da sua inteira confiança e proximidade política, uma vez que foi pelo mesmo Presidente da Câmara nomeado para o cargo.

Com esta interpelação pretendemos apenas acautelar a defesa do bom-nome do Município de Oliveira do Hospital, a transparência e legalidade a que está obrigado o funcionamento da Câmara Municipal e a defesa intransigente do igual tratamento a todas e quaisquer pessoas ou instituições.

Para garantir tais direitos e deveres, também os cidadãos do concelho elegeram os deputados com assento nesta Assembleia Municipal.

Entendemos que, na sequência das graves acusações da autoria do Sr. Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara – quando este afirmou:

- “tenho conhecimento de coisas dentro da Câmara que ele não vai gostar de ouvir e pode vir a ficar muito mal na fotografia”;
- “... foi ele, que andava com atitudes persecutórias contra os Presidentes de Junta de Freguesia...”;
- “tem andado junto de elementos pressionando-os e dizendo a alguns que nem lhes dá trabalho, ou seja, utilizando a Câmara para intimidar pessoas”;
- “... o Presidente da Câmara gere muito mal os recursos humanos que tem à disposição, usando e abusando dos poderes”;

- “saiu-me um fardo pesado das costas” (declarou após ter sido demitido).

O concelho e esta Assembleia carecem das devidas explicações por parte do primeiro responsável pelo funcionamento da Câmara Municipal: o Presidente da Câmara.

Para que fique claro, sobre o PSD e os seus assuntos internos, o PS não tem que se pronunciar, nem o fará. No entanto, sobre o funcionamento da Câmara e actuação do seu Presidente, pelos mandatos conferidos pelos cidadãos do concelho, temos responsabilidades de fiscalização e acompanhamento de toda a actividade da autarquia.

Também aqui, sabemos assumir todas as nossas responsabilidades pugnando pela defesa intransigente do interesse público, do interesse municipal, que nos é exigido no desempenho das funções.

Entendemos a política como um acto sério, nobre e responsável. Assim sendo, o Sr. Presidente da Câmara deve esclarecimentos satisfatórios a esta Assembleia e, por seu intermédio, a toda a população do Concelho.

Os munícipes que nos elegeram e a quem temos que prestar contas têm que saber toda a verdade, daí exigirmos explicações rigorosas sobre:

- O que de grave e, eventualmente ilegal, se passa ou passou na Câmara Municipal?

- Que perseguições houve a pessoas e /ou instituições e porquê?

- Que abusos de poder existem ou existiram sobre os recursos humanos do Município?

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia exige, em suma, explicações e o apuramento cabal de todas as responsabilidades. A natureza grave das acusações proferidas, não poderão passar em claro.

Os visados, não podem andar a fazer afirmações sem assumirem as suas consequências legais e políticas.

Por respeito a quem nos elegeu, que cada um assuma as suas responsabilidades.

E pensamos que é nesta Assembleia e não em qualquer tipo de tribunais que as coisas devem ser ditas, faladas e esclarecidas.”

Seguidamente, interveio o Sr. Prof. Francisco Garcia que propôs a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento, há poucos dias, do Coronel Carlos Fabião, um dos maiores vultos da Revolução de Abril, com quem teve o privilégio de privar intimamente.

Depois, fez a seguinte declaração:

“Aquando da primeira ou da segunda sessão da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, em tom de pergunta/afirmação, disse o seguinte “de que me vale sonhar, se não sou capaz de concretizar o meu sonho?”

Esta confissão do Presidente da Câmara é bastante preocupante e quase perturbante, suscitando-nos mesmo uma pergunta: como é possível o nosso Concelho ter à frente do município um Presidente de Câmara que não tem a sensibilidade nem a cultura suficientes, para perceber que toda a realidade passa pela imaginação do homem? Como podemos conceber que a gerir os desígnios de Oliveira do Hospital, esteja um cidadão que desconhece

que a concretização de todos os lances de desenvolvimento das sociedades, dos mais simples aos mais complexos tem a sua origem mais remota na imaginação, no sonho?

É aí a concepção imaginária, como que o embrião, que posteriormente se materializa e que se evidencia na história da humanidade, em exemplos exuberantes, como sendo a travessia aérea do Atlântico/Sul, com Gago Coutinho e Sacadura Cabral, com meios de transporte aéreo quase artesanais; são as conseqüências concretas do sonho de Júlio Verne com as suas “Vinte mil léguas submarinas”; a ida do homem à lua, com Armstrong a concretizar mais um sonho da ciência; a extraordinária evolução, de sonho em sonho, da genética, com os efeitos conhecidos; a realização do sonho maravilhoso dos Descobrimentos e a afirmação de Portugal no mundo: o sonho do Marquês de Pombal, que passou da imaginação à realidade, a tradução prática das Avenidas de Lisboa, etc., etc., etc.

Teve pelo menos uma virtude, a confissão do Sr. Presidente da Câmara: explicou-nos de forma expressiva, a grande razão porque Oliveira do Hospital estagnou no tempo, porque deixou de ser o grande pólo de desenvolvimento do nosso Distrito, porque perdeu o “comboio do progresso” e porque começou a manchar com nuvens muito negras, o tempo futuro das gentes do nosso Concelho.

De facto, com um Presidente de Câmara que não sonha, o resultado não podia ser outro.”

Seguidamente, a Mesa pôs à votação a proposta do Sr. Prof. Francisco Garcia para a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Coronel Carlos Fabião, tendo sido aprovada por unanimidade.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Rui Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Para quem ainda não sabe, o meu nome é Rui Abrantes, resido e trabalho na cidade de Oliveira do Hospital, sou casado e tenho uma filha.

Fui eleito no passado dia 9 de Outubro como deputado municipal, na lista do Partido Social Democrata, do qual me honro ser militante.

Tendo sido eleito pela primeira vez para um órgão autárquico, foi com naturalidade, que nas primeiras três sessões deste órgão me abstive de intervir, procurando conhecer o seu modo de funcionamento, a fim de assim poder representar condignamente todos aqueles munícipes que em mim votaram para aqui os representar.

Pretendo usar da palavra regularmente, pois é um direito que me assiste enquanto deputado municipal, e não por alguém ter vindo aqui, de uma forma irónica, desafiar a bancada da qual faço parte, como que a dizer que nós aqui estamos única e exclusivamente para votar, ou melhor, levantar o braço à vontade do Sr. Presidente da Câmara.

Dizia eu, irei intervir, em especial quando em causa estiverem matérias relacionadas com a juventude, de uma forma construtiva, criticando quando for caso disso ou, por sua vez, aplaudindo.

Hoje não poderia deixar de o fazer, pois, pela documentação que atempadamente nos foi remetida, tomámos formalmente conhecimento de um

projecto inovador da câmara municipal, que me é particularmente sensível ou não fosse eu um dos elementos mais jovens, senão o mais jovem desta assembleia. Falo necessariamente do programa “Férias Ocupadas”.

É com enorme satisfação que vejo, pela primeira vez, esta autarquia dar resposta de uma forma muito positiva, não só à necessidade demonstrada pelos jovens em ocupar de uma forma útil e saudável os seus tempos livres durante o período de férias escolares, mas também pelo facto de ter depositado confiança nas instituições concelhias, não centralizando em si mesma todo o processo, contribuindo dessa forma para a dinâmica dessas mesmas entidades promotoras.

De facto, um programa com o objectivo de potenciar a capacidade de intervenção e a participação social e cívica dos jovens, contribuindo para o seu processo de educação não formal deve, por si só e independentemente de quem o promove, ser louvado.

Fiquei por isso bastante surpreendido com a notícia veiculada no Correio da Beira Serra on-line sobre esta iniciativa, cujo título era e passo a citar “ A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital decidiu apostar num projecto destinado aos jovens que gostam de se divertir e com isso ganhar dinheiro”, notícia esta que ponho ao dispor dos presentes, entregando a mesma ao Sr. Presidente da Mesa.

Até transparece a ideia de que os sete membros do Executivo que aprovaram por unanimidade este projecto, querem fomentar práticas menos próprias por parte dos jovens, recompensando-os ainda por tais actos.

Espero e desejo que este ruído na comunicação não retire ao Executivo em permanência a vontade de fazer cada vez mais e melhor pela juventude do meu concelho e, no fundo, pela juventude que será o futuro de Oliveira do Hospital.”

Em seguida, interveio o Sr. João Abreu que deu conhecimento que, relativamente à ameaça que foi veiculada sobre o encerramento dos postos de saúde de Meruge e de Vila Franca da Beira, as receptivas juntas de freguesia tomaram a decisão de envolver a população na defesa deste seu direito, recolheram centenas de assinaturas num abaixo-assinado onde se reclamava a permanência dos postos de saúde e foi enviada uma nota para a comunicação social, o que fez com que fossem recebidos pela Coordenadora da Sub-Região de Saúde de Coimbra. Nessa reunião – que considerou de muito proveitosa – foi-lhes assegurado que, pelo menos no imediato, estes postos de saúde para idosos não vai ser encerrados e, se houver essa intenção, ser-lhes-á comunicada atempadamente essa decisão. Ainda sobre este assunto, aproveitou para solicitar informação sobre se a Câmara Municipal dispõe de mais alguma informação adicional sobre o eventual encerramento do Serviço de Atendimento Permanente de Oliveira do Hospital durante o período nocturno.

Depois, também solicitou informação sobre se há algum desenvolvimento em relação aos processos dos IC 6 e IC 7, bem como à ex-EN 231-2.

Seguidamente, referindo-se ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, lamentou que, prevendo-se que um dos principais eixos a apoiar sejam os projectos de desenvolvimento rural, o Governo não esteja a dialogar sobre esta matéria com as entidades mais próximas da população, ou seja, com as freguesias e municípios (ou seus órgãos representativos), correndo-se, assim, o risco de tudo ser feito ao arrepio do país real, como tantas vezes acontece.

Por fim, fez a seguinte proposta:

“Quero utilizar o tempo que me é concedido, para trazer a terreiro um assunto que penso que preocupa todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho.

Falo, é claro, da recente e absurda notificação enviada pela Direcção-Geral das Autarquias Locais a todas as Freguesias dando-nos conta da impossibilidade de ultrapassar em cada trimestre de 2006 as despesas com pessoal e aquisição de serviços, verificadas em trimestres homólogos de 2005.

Só alguém completamente desfasado do modo de funcionamento e da estrutura administrativa das Juntas de Freguesia pode produzir tamanha aberração legislativa.

Todos sabemos como este Governo é perito na propaganda, fazendo passar como boas e de grande alcance social, medidas de sentido absolutamente contrário. Também neste caso esse princípio se aplica. Querendo aparentar grande rigor orçamental, equidade nas medidas adoptadas, envolvendo todos os órgãos da administração autárquica, o Governo impõe às Juntas de Freguesia obrigações administrativas e de contabilidade que a esmagadora maioria delas não está em condições políticas e técnicas de cumprir.

Até porque, e o Governo esqueceu-se desse desiderato, as Juntas, ao contrário das Câmaras Municipais, não organizam as suas contas trimestralmente, mas sim anualmente. Como fazer então para responder à exigência do Ministério? Vamos passar noites em claro a conferir os papéis para verificar quantos dias pagámos ao pessoal que fez limpeza em ruas e caminhos, ao electricista que colocou duas lâmpadas num gabinete, ao tractorista que transportou umas manilhas e umas carradas de lixo, ou fazer uns mapas com grelhas de comparação com as despesas trimestrais de 2006, para não sermos acusados pelo ministro de responsáveis pelo deslizamento da despesa pública? Esta é uma exigência demagógica, na minha opinião, politicamente errada e tecnicamente inócua. Então o Governo põe no mesmo saco, ao nível de capacidade financeira e técnico-administrativa, uma Junta de Freguesia da cidade de Lisboa, Porto, Coimbra ou Setúbal e a totalidade das Juntas de Freguesia dos meios rurais? A menos que esta medida tenha como objectivo perverso servir ao Governo para alimentar a sua sanha de acabar com as freguesias com menos de mil eleitores, caso, como se prevê, a maioria das Juntas fora das grandes cidades se borrifem para as respostas à exigência governamental, ou então é uma descabelada asneira política de quem só conhece o País pelos mapas do INE.

O mais grave ainda é que esta exigência prefigura uma grosseira violação à autonomia administrativa das Juntas de Freguesia, reguladas por leis próprias da República e não tuteladas pelo Governo.

No tempo do fascismo, os Presidentes de Junta tinham tarefas repartidas com os regedores e os cabos de ordens. Este Governo, ao não cumprir a Lei do Financiamento das Autarquias Locais, ao não regulamentar a Lei de quantificação parcial do tempo de exercício de mandato para efeitos de aposentação, ao impor aos membros das juntas o papel de fiscais de gatídeos e canídeos, de amanuenses da gripe aviária, ao impor aos membros das Juntas de Freguesia as tarefas de moços de recados do Governo, pretende destituir-nos da nossa dignidade de autarcas sufragados pelo voto popular, reduzindo-nos ao triste papel, não de regedores mas de míseros ordenanças dos cabos de ordens do Governo.

É por sentir que a nossa condição de representantes políticos legítimos das populações está a ser posta em causa com esta exigência injustificada de limitação de despesas com pessoal e da sua comparação com os trimestres de 2005, que proponho à Assembleia Municipal, seja aprovado um voto de protesto por esta medida, a enviar ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro das Finanças e à ANAFRE, que nesta matéria tem representado mal os interesses das suas associadas.”

Depois, a Mesa da Assembleia sugeriu ao Sr. João Abreu que, do voto de protesto a remeter às entidades referidas, constasse unicamente o teor do último parágrafo da sua intervenção, tendo sido aceite. Assim, posto à votação o voto de protesto proposto pelo Sr. João Abreu, com a mencionada sugestão da Mesa, foi o mesmo aprovado por maioria, com quatro votos contra e quatro abstenções.

Em seguida, tomou a palavra o Dr. Francisco Garcia que, depois de ter felicitado o Sr. Rui Abrantes pela sua intervenção – apesar de também ter referido que não concordar com o seu teor – fez a seguinte declaração:

“Longe vai o tempo em que membros do Governo visitam Oliveira do Hospital sem conhecimento da Câmara Municipal.

Hoje, é o Secretário de Estado das Obras Públicas e das Comunicações que diz: “Estou totalmente disponível para visitar oficialmente Oliveira do Hospital, desde que seja convidado pelo Sr. Presidente da Câmara”.

Isto depois de ser criticado por ir a concelhos, onde se deslocou apenas porque os respectivos Presidentes de Câmara o convidaram, facto que nunca aconteceu com o Presidente da Câmara do concelho onde nasceu o Dr. Paulo Campos!

Em entrevista a um jornal local, o Secretário de Estado esclareceu esta e outras coisas. Lembra, por exemplo, que, ao contrário do que vinha sendo afirmado relativamente ao I.C. 6 e I.C. 7, quando chegou ao Governo, quase tudo estava por fazer.

Diz mesmo que em relação ao troço do I.C. 6, entre Catraia dos Poços e Vendas de Galizes, quando chegou ao Governo, não havia projecto de

execução e que o mesmo entrará em obra durante o próximo ano e que a empreitada deverá durar perto de dois anos.

Mais adiante, o Dr. Paulo Campos afirma que foi o actual Governo que tomou a decisão de adjudicar o I.C. 6 entre Catraia dos Poços e Vendas de Galizes.

Depois de ler a esclarecedora entrevista do Dr. Paulo Campos e na qual ele “desmonta” completamente algumas acusações que lhe são feitas, quer a ele quer ao Governo, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara:

Está à espera de quê, para convidar o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, a visitar oficialmente o Concelho de onde ele, por acaso, é natural?

Os seus colegas aqui do lado já o fizeram!”

Foi, seguidamente, dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que começou por se congratular com a intervenção do Sr. Dr. Simões Saraiva sobre o 25 de Abril, particularmente no que respeita à referência que fez ao final da Guerra do Ultramar. Depois, referiu que, pese embora a gravidade do esquecimento do hastear da bandeira nacional, a Câmara Municipal assinalou muito condignamente o trigésimo aniversário do 25 de Abril, há dois anos atrás. Além disso, continuou, por sugestão da CDU, entre outros, o município condecorou alguns dos militares de Abril ligados a este concelho, no Feriado Municipal, o que também não deve ser esquecido.

Depois, fez a seguinte intervenção:

“25 de Abril, sempre!

Sim, passados trinta e dois anos sobre o dia da Revolução dos Cravos, é sempre altura para saudar todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, prepararam, fizeram, afirmaram e hoje prosseguem o nosso Portugal de Abril.

E sem subvalorizar a dedicação e a luta de tantos e tantos democratas e patriotas, permitam-me aqui assinalar o desaparecimento físico, neste último ano, do General Vasco Gonçalves e de Álvaro Cunhal.

Fica-nos o seu exemplo e o seu legado.

Passados 32 anos sobre o primeiro 25 de Abril – que floriu tão forte em Maio – vivemos hoje tempos muito difíceis e preocupantes. Temos uma situação económica, social, política e cultural muito degradada e degradante, em consequência das políticas de direita aplicadas por sucessivos governos e governantes. Essas políticas e esses governos têm vindo a atrelar o nosso País aos interesses das grandes multinacionais e do grande e especulativo capital financeiro, com os péssimos resultados que temos à vista, também em Oliveira do Hospital. A este nível, muito do domínio económico internacional passa e reproduz-se através da OMC – Organização Mundial do Comércio.

Outros dos piores contextos do sistema, chama-se “Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia” – cujo mais pesado pilar assenta na trifulhice política e financeira que é o controlo, fundamentalista, do “défice das contas do Estado (e do Orçamento Europeu)” – a que continuam submetidas, e a submeter o nosso País, as direcções do PS, do PSD e do CDS/PP, enquanto as correspondentes “famílias políticas europeias” preparam

a “recauchutagem” de uma outra e ainda mais tenebrosa teia institucional, política e militarista a que também chamam de “Constituição Europeia”.

Afinal, todo um conjunto “assassino” à base de “macro-políticas”; de “globalizações supra-nacionais”; de “mercados e competitividades”; etc, etc – como nos papagueiam através de sofisticadas máquinas de propaganda massiva e nos impõem através de tentáculos repressivos como o mundo nunca até hoje viu mas que, também ainda não políam, e ainda menos dominam, todas as vontades e consciências...

Temos um Poder Central – diga-se Governo Central do Partido Socialista que prossegue nos ataques às conquistas e direitos, sociais e políticos, de entre os quais os ataques à autonomia financeira e institucional das Autarquias em geral e das Freguesias em especial.

Sim, entre nós, sente-se bem as repercussões da tal ditadura do “défice” que, ao que se vai sabendo, até aumenta enquanto nós somos cada vez mais diminuídos ... Em geral, aumentam as dificuldades dos Portugueses, extinguem-se serviços públicos, encerram empresas, enquanto aumentam os lucros especulativos da Banca e das grandes empresas...

É verdade, os tempos estão muito difíceis e, a continuarem estas políticas de direita, vamos ficar ainda pior...

Em todo o caso, apesar de muito golpeado, Abril já deitou raízes a fundo.

Respiremos fundo para prosseguir a caminhada. É quase a pique, é quase a pique...

Mas cá estamos, cá vamos, que amanhã é um novo dia também para nós.

A luta continua!

Viva o 25 de Abril!”

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis congratulou-se com a aprovação da candidatura apresentada pela Câmara Municipal à Medida 3.4 do Programa Agris para defesa da floresta na zona sul do município. No entanto, considerando que a candidatura da zona norte não foi aprovada, solicitou informação sobre que intervenções estão planeadas para aquela área, nomeadamente equipas de sapadores florestais, postos de vigia, pontos de água e arranjo de caminhos. Ainda no que respeita à defesa da floresta contra incêndios, perguntou qual o ponto de situação do Plano Municipal de Ordenamento Florestal, considerando que o Plano Regional de Ordenamento Florestal encontra-se em fase de debate público.

Depois, referindo-se ao Programa Férias Ocupadas, lembrou que, por várias vezes, a Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira apresentou projectos nesta área à Câmara Municipal e que estes não foram aceites. No entanto, a Junta de Freguesia sempre concretizou os seus projectos, a expensas suas. Continuando, saudou a Câmara por esta iniciativa, até porque considera que o Instituto Português da Juventude tem programas de ocupação de jovens que são apenas simulacros.

Por fim, o Sr. Prof. João Dinis solicitou informações ao Sr. Presidente da Câmara sobre a resolução do problema da estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha, dentro de Vila Franca da Beira.

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Dr. Francisco Garcia para fazer a seguinte intervenção:

“Quero, antes de mais, dizer que, claramente não sou contra esta iniciativa de ocupação dos tempos livres dos jovens, muito pelo contrário. Concordo plenamente com a ocupação dos tempos livres dos jovens e com iniciativas deste género.

Tenho, no entanto, que questionar se esta iniciativa paga pelo orçamento camarário não é mais do que uma duplicação dos programas desenvolvidos pelo I.P.J., estes pagos com dinheiros do Governo, programas também anunciados em Oliveira do Hospital na semana passada na Casa da Cultura, pelo I.P.J..

Pergunto ao Sr. Presidente: não seria um acto de melhor gestão dos dinheiros camarários se a Câmara Municipal elaborasse, ela própria, as candidaturas ao I.P.J., poupando dessa forma milhares de euros e desenvolvendo na mesma as iniciativas de ocupação dos tempos livres dos jovens a custo zero e, dessa forma, ficar com mais dinheiro para as restantes necessidades que os jovens do nosso concelho sentem e que são muitas? Em suma, reconhecemos o interesse do Programa, mesmo não sendo uma novidade. Estamos em crer que o I.P.J., com dinheiros do Governo – volto a frisar – está a fazer precisamente o mesmo. O Presidente da Câmara, nesta situação, irá ficar com os louros do Programa e as instituições com os ónus de selecção dos jovens e acompanhamento dos mesmos. E, ao concelho, continua a faltar uma verdadeira e estruturada política de juventude.”

Interveio, em seguida, o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia que iniciou fazendo uma crítica à ausência das comemorações do 25 de Abril. Depois, dirigindo-se ao Sr. Prof. João Dinis, disse que lhe parecia que ele tinha a memória “curta” e que tinha saído em defesa do Sr. Presidente da Câmara Municipal ao elogiar as comemorações dos trinta anos do 25 de Abril e as condecorações feitas pela Câmara a alguns militares de Abril deste município. Continuando, salientou que a Revolução de Abril devia ser comemorada todos os anos, à semelhança do que acontece em muitos municípios, como é o caso de Viseu em que existe um comissão que organiza as comemorações, com o apoio da respectiva Câmara Municipal.

Por fim, referiu que, tendo questionado o Sr. Presidente da Câmara, na última sessão da Assembleia Municipal, sobre o concurso para atribuição de lotes no Loteamento Camarário de Ervedal da Beira e não tendo obtido qualquer resposta da sua parte, exigia que essa informação lhe fosse prestada nesta sessão.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. António dos Santos Lopes que começou por agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal as referências que fez ao 25 de Abril e que o levaram a pensar que o Sr. Dr. Simões Saraiva não se identifica com o que se passou neste concelho. Estes acontecimentos, continuou, que o indignaram profundamente, levaram-no a

escrever o discurso que vai proferir e que ele próprio reconhece que é contundente, porventura excessivo e que não foi consensual, nem sequer entre os seus pares. Além disso, concluiu, é um discurso bastante pessoalizado no Sr. Presidente da Câmara, na medida em que desde o dia vinte e cinco de Março último, o Sr. Presidente não se tem comportado como Presidente da Câmara mas como Mário Alves.

Seguidamente, leu a sua intervenção:

“As minhas saudações às comissões políticas, concelhias do PS e do PSD recentemente eleitas. O meu desejo de que tudo façam na procura das soluções dos problemas que mais afligem o nosso concelho. A minha disponibilidade para, sem prejuízo das naturais divergências, dentro dos princípios éticos e sempre que os interesses do concelho o justifiquem, dar o nosso contributo na procura das soluções que melhor sirvam as populações que aqui representamos.

A talhe da foice, deixava dois pedidos:

Ao Partido Socialista, para que leve junto das instâncias superiores em Lisboa, nomeadamente ao Governo, o conjunto de problemas que a todos preocupa, nomeadamente o desemprego, nas confecções e não só, o encerramento das escolas, dos postos médicos, a melhoria da rede viária, o apoio à Escola Superior de Tecnologia e Gestão, e tudo o mais que tem estado na linha de prioridades do nosso Concelho.

À Comissão Política do PSD, queria pedir que pusesse um ponto de ordem no destempero verbal que por aí grassa, que credibilizasse a política e o sistema político partidário que enforma o nosso sistema constitucional e que, no último mês, tão vilipendiado foi, denegrindo o nosso Concelho em particular e a política e ao políticos em geral. Que esclareça, sem equívocos, as posições relativamente ao Sr. Presidente da Câmara, cujos comportamentos nada têm a ver com a convivência democrática e o respeito pelo Portugal de Abril. É inaceitável e vergonhoso que num dia com o simbolismo do 25 de Abril, a Câmara não só nada tenha feito para comemorar como, desrespeitando a lei, nem sequer fez subir no mastro o símbolo máximo da nossa Pátria: a Bandeira Nacional!... Acresce que, até este momento, não temos qualquer explicação.

Importa saber se o PSD local vai subscrever este tipo de comportamentos. É importante que se saiba se esta é a política do PSD, ou do Sr. Presidente.

É importante que se saiba se os sete mil eleitores que elegeram a maioria da Câmara votaram PSD ou Mário Alves.

É importante que se saiba se a Câmara é governada por um militante do PSD ou se é governada por um Independente.

Quanto ao atrás exposto, não sendo nossa prática, nem dos partidos que aqui representamos, pessoalizar as questões, o comportamento do Sr. Presidente ao longo do último mês, a tanto nos obriga. Não podemos por isso, deixar de censurar a postura do Sr. Presidente da Câmara, também ex-presidente da Comissão Política Concelhia do PSD, pelos deploráveis exemplos de falta de Fair Play e desrespeito pelo cargo e funções que exerce

e exercia. Já aqui dissemos “que à mulher de César não basta ser séria. Também precisa parecer.”

A linguagem vinda a público é imprópria em qualquer cidadão, é intolerável em professores, é indigna num político, é inadmissível na primeira figura do Concelho, o seu Presidente da Câmara.

A postura centralizadora e persecutória de que o Sr. Presidente da Câmara vem dando mostras quanto à vereação, Presidentes de Junta, funcionários do Município e distribuição de verbas, instalou um ambiente de subserviência, castrador da livre iniciativa e criatividade, com as consequências negativas na gestão do Concelho, questão que aqui interessa realçar. São decorridos seis meses desde a tomada de posse desta Assembleia. É um tempo curto para se fazerem balanços mas, ainda assim, bem demonstrativo da inépcia e incapacidades de que a Câmara vem dando mostras. Com efeito, quanto ao património, a Câmara e o seu Presidente, ou não sabem dele ou deixam-no ao sabor dos tempos. Quanto ao desemprego, e pese os muitos alertas que há mais de vinte anos vêm sendo feitos, o Sr. Presidente exclama: o que é que a Câmara pode fazer... e vira a ofender os representantes dos trabalhadores. Questionado sobre as obras, suas derrapagens e anomalias, responde que não é técnico. Embora se saiba que é a sua “teimosia” (o termo não é meu), a principal responsável por essa situações.

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão poderá ter os dias contados se nada for feito para o evitar, a Biblioteca Municipal tarda em abrir as suas portas e as notícias que vamos tendo apontam para mais um aborto, para o que desde já se alerta. O Terminal Rodoviário anda há anos para ganhar “rodas”. Até o desporto vive dias de agonia. E, quando até os seus pares lhe chamam a atenção para a ineficácia da gestão, retira-lhes a confiança política, ofende-lhes a dignidade profissional e cria um ambiente de trabalho desmobilizador e de guerrilhas constantes, levando ao afastamento dos colaboradores mais próximos, com reflexos na gestão municipal.

Ou comigo, ou nada...!

Com esta gestão, como pode o Sr. Presidente, numa manifestação do mais profundo narcisismo, vir reclamar-se como um exemplo a seguir na gestão municipal? Ao nível pessoal, se todos os Portugueses tivessem a possibilidade de lhe seguir o exemplo, já não havia Portugal.

Vossa Excelência e a restante classe política atentam contra a justiça social, impõem o jugo a quem nada pode e tudo paga.

Como podem jovens políticos de 30 e 40 anos, com 12 anos de serviço, vir cobrar uma reforma de 600 contos a desempregados, trabalhadores com ordenados de menos de 500 euros e reformados que não ganham para os remédios?

É uma vergonha..!

E não está em causa o direito que uma escabrosa lei concede a V. Exa. e à restante classe política, de que se conhecem os resultados e de que todos nós pagamos a factura.

Esta Assembleia, é lugar de discussão, por excelência, da gestão municipal. Interrogámos a Câmara quanto às funções do Gabinete de Apoio, porque acabávamos de ver reforçado este órgão, sem que tal nos parecesse prioritário, no contexto da recessão em que vivemos. Respondeu-me a Câmara com os vencimentos legais, como se isso não estivesse disponível no site da Direcção-Geral das Autarquias Locais.

Passados quinze dias, vem V. Exa. afirmar que, afinal, o ex-Chefe do Gabinete “estava sentado à mesa do orçamento”.

Como estarão tantos outros que a subserviência partidária e os fretes eleitorais acabam por impor? Só que isso discute-se aqui, não nas páginas dos jornais. Afinal, é esta Assembleia que está mandatada para fiscalizar a Câmara. V. Exa., Sr. Presidente, mesmo sem programa, foi eleito para gerir a Câmara, não para ser o “dono” da Câmara. É por este conjunto de questões, reforçado pelas declarações públicas do seu ex-Chefe de Gabinete, que interessa ver clarificada toda a gestão do Município, nomeadamente quanto à contratação, qualificação e gestão de pessoal, critérios de atribuição de verbas, selecção de projectistas, empreiteiros, fornecedores e outros servidores do Município.

Por tudo isto, vamos entregar na mesa uma recomendação de auditoria à Câmara Municipal, que possa avaliar todos os pressupostos atrás enunciados.

Finalmente, Sr. Presidente, ficámos a saber na sua entrevista, à Boa Nova, que V. Exa. pode com tudo e todos. Podia também, ser mais comedido e sensato.

Ganhava V. Exa., ganhávamos todos nós, ganhava o Concelho.”

Depois desta intervenção, o Sr. António Lopes quis deixar uma referência à postura do Dr. Paulo Rocha que, nas suas palavras, “soube estar à margem de toda a confusão que aí andou e que nos envergonhou a todos.”

Por fim, entregou à Mesa uma fotografia comprovativa das dificuldades que alguns veículos têm em entrar na Rua do Colégio, situação que urge ser corrigida.

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha leu o seguinte pedido de auditoria, entregue pelo Sr. António Lopes à Mesa:

“Considerando as declarações do Sr. Ex-Chefe de Gabinete da Câmara Municipal no sentido de que tinha conhecimento de factos que podiam comprometer a imagem do Sr. Presidente da Câmara;

Considerando as declarações do Sr. Presidente no sentido de que o “Sr. Chefe de Gabinete estava sentado à mesa do orçamento”;

Considerando as declarações vindas a público de eventuais ameaças que terão sido transmitidas ao Srs. Presidentes de Junta em caso de desalinhamento político;

Tendo em conta os pareceres do Tribunal de Contas relativos à obra do Parque do Mandanelho;

Considerando a paragem das obras na Variante Nordeste;

Considerando o clima existente dentro do quadro de pessoal da Câmara,

Propõe-se a realização de uma auditoria que possa avaliar o funcionamento da Câmara e dos serviços, critérios de adjudicação de obras, distribuição de verbas, selecção e contratação de pessoal, funcionamento da Câmara.

Mais se solicita que a votação deste pedido seja feita por voto secreto.”

Interveio, depois, o Sr. Prof. João Dinis para, relativamente à crítica que lhe foi dirigida pelo Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia sobre as comemorações dos trinta anos do 25 de Abril, esclarecer que a sua referência foi unicamente para refutar uma intervenção anterior na qual foi dito que a Câmara nada fez nos últimos anos para celebrar aquela Revolução.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para se pronunciar sobre a intervenção do Sr. António Lopes, tendo declarado o seguinte:

“Queria apenas dizer que a intervenção do Sr. António Lopes é de tal forma atentatória da dignidade, da honradez, da honestidade, de tudo o que quer que seja de qualquer cidadão, que não merece qualquer comentário da minha parte.”

Ainda sobre este assunto, o Sr. Dr. Manuel Garcia pediu a palavra para esclarecer que, como Presidente de Junta de Freguesia e membro da Assembleia Municipal, nunca se sentiu coagido pelo Sr. Presidente da Câmara e que, na sua opinião, esta posição é apoiada por muitos dos que se encontram nesta sessão. Concluindo, fez a seguinte proposta:

“Em meu nome, em nome dos Presidentes de Junta e dos membros da Assembleia eleitos pelo PSD, apresentamos um voto de confiança a este Executivo Camarário, liderado pelo Prof. Mário Alves.”.

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes interveio para, depois de ter esclarecido que reiterava a sua interpelação inicial ao Sr. Presidente da Câmara, solicitar à Mesa que conceda um pequeno intervalo para que seja concertada a posição para as votações que estão em causa.

Depois desta intervenção, o Sr. Carlos Rocha referiu que, ao invés do requerido pelo Sr. António Lopes, a Mesa entendia que a votação relativamente ao pedido de auditoria não devia ser por escrutínio secreto porque o que estava em causa era uma auditoria a um órgão – Câmara Municipal – e não a uma pessoa, o Sr. Presidente da Câmara.

Sobre esta questão, o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia interveio para referir que, na sua opinião, a votação devia ser secreta porque, apesar da auditoria ser à Câmara Municipal, esta tinha pessoas e responsáveis, bem como uma matéria muito sensível.

Depois da Mesa analisar esta questão, foi deliberado por esta que a mencionada votação não seria por escrutínio secreto e que seria concedido um intervalo de cinco minutos para os diversos partidos concertarem as suas posições.

Terminado o intervalo, a Mesa da Assembleia colocou à votação o pedido de auditoria à Câmara Municipal apresentado pelo Sr. António Lopes, tendo sido reprovado por maioria, com vinte e quatro votos contra, dois votos a favor e onze abstenções.

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para fazer a seguinte declaração:

“O Grupo Parlamentar o PS absteve-se nesta votação por duas razões. Primeira razão: na interpelação que fizemos na minha primeira intervenção, pedíamos precisamente algumas das posições que foram solicitadas pelo Sr. António Lopes. Abstivemo-nos porque entendemos que esta posição em relação aos esclarecimentos tem que ser dada nesta Assembleia Municipal e em relação a todos os munícipes e a todos os representantes do concelho de Oliveira do Hospital. Pensamos, também, que qualquer tipo de auditoria, pelo tempo que poderia demorar, podia acabar por “branquear” algum tipo de situação, o que não queremos que aconteça. Queremos que o esclarecimento de todas as acusações que foram feitas no último mês sejam feitas nesta Assembleia Municipal.”

Interveio, depois, o Sr. Prof. João Dinis que fez a seguinte declaração de voto:

“Eu votei a favor do pedido de auditoria e, objectivamente, foi isso que fiz. Votei a favor da recomendação do pedido de auditoria à actividade do Executivo. Sr. Presidente da Câmara, com toda a sinceridade, nunca ninguém, de nenhum outro partido que não o seu, disse tantas e tão graves coisas acerca da sua pessoa, como os companheiros de partido e principais ex-colaboradores. Isto é verdade. Isto foi público e passou para o domínio público com o objectivo de se tornar público. E a publicidade que teve e a dramatização de que se revestiu porventura influenciaram bastante os resultados das eleições do PSD. Mas isso é matéria do PSD; a repercussão pública é que não. Depois do que foi dito e escrito, nós não podemos “assobiar para o lado”. Há responsabilidade política; é o concelho e o município que também são envolvidos.

Por um lado, a Comissão Política actual, depois do que disse e escreveu publicamente, não pode deixar de retirar a confiança política ao Presidente da Câmara. E não resta outro caminho ao Presidente da Câmara que o de retirar a confiança autárquica à Comissão Política do PSD. Ao PSD, toda a responsabilidade por este problema e nós não vamos esquecer isso e vamos registá-lo.

Objectivamente e para finalizar, eu votei a favor porque o Sr. Presidente da Câmara tem dito muita vez que pugna pela transparência e que não tem nada a temer. Portanto, “quem não deve, não teme”.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. João Abreu que fez a seguinte declaração:

“Penso que não é necessária a clarificação das insinuações públicas sobre a gestão da Câmara porque quem fez as insinuações é que tem de prová-las. Depois, porque penso que a auditoria seria inconsequente e, em último lugar, porque, pessoalmente, sei que o Sr. Presidente da Câmara é uma pessoa séria, honesta e não merecia o vexame da auditoria.”

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Carlos Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Duas palavras apenas, especialmente para a minha equipa, para a minha gente do PSD, que confiou naquilo que eu disse.

Se alguém tem sido crítico directamente com o Sr. Presidente da Câmara, sou eu. Há pouco gente que tenha sido tão crítico dele, directamente, como eu, pois aponto-lhe os problemas que eu acho que são pertinentes. E continuarei sempre a fazê-lo.

Mas, agora, não estamos a falar do Sr. Presidente da Câmara. Estamos a falar do órgão Câmara Municipal – que todos sabemos que é um órgão importante de gestão do nosso concelho – e estamos a falar do órgão Assembleia Municipal. E o que eu quero dizer – e foi essa confiança que me deram os membros do PSD através da sua votação – é simplesmente isto: alguém fez acusações ao Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente à sua gestão da Câmara Municipal. O que está em causa é a gestão do órgão de que ele é Presidente. E essas pessoas ainda não disseram nos tribunais (onde a questão está colocada) o que têm a dizer. É, perante isto e só perante isto, que a gente do PSD aqui vota desta maneira. No dia em que se souber em concreto o que é que foi dito aos tribunais, qual é o parecer ou o despacho do Sr. Dr. Juiz e se houver o mínimo de suspeita em relação à gestão da Câmara Municipal, concerteza que o voto do PSD será outro. Até lá, temos a confiança total no órgão que dirige a Câmara, temos confiança na sua equipa toda, sem excepções. Votamos desta maneira, à espera que os órgãos próprios, nomeadamente os tribunais, clarifiquem as situações. Ainda somos dos que têm confiança nos tribunais portugueses.”

Sobre este assunto, interveio ainda o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia para esclarecer que não votou a favor da proposta feita pelo Sr. António Lopes por entender que a auditoria é algo que assume um carácter muito sério, independentemente de qualquer irregularidade ou ilegalidade que pudesse vir a ser apurada. Reforçou que não se deve esquecer que houve acusações públicas e que os processos que correm nos tribunais não impedem a obrigação que o Presidente da Câmara tem, perante a Assembleia Municipal, de dar uma explicação sobre o assunto, por mínima que ela seja.

Por fim, solicitou que ficasse registado o seu protesto por não ter entendido nem ter aceite que a Mesa, unilateralmente, tenha decidido que a votação não era secreta, uma vez que a Assembleia Municipal é que tinha soberania para decidir sobre a forma de votação.

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a moção de confiança proposta pelo Sr. Dr. Manuel Garcia, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, cinco votos contra e seis abstenções.

Foi, depois, dada a palavra à Sra. Eng<sup>a</sup> Dulce Álvaro Pássaro que começou por referir que “colocar uma tampa” sobre as questões e acusações que surgiram no último mês não dignifica o funcionamento dos órgãos autárquicos. Assim, prosseguiu, todos ficariam em melhor posição em termos do exercício das suas competências democráticas se houvesse da parte do Sr. Presidente da Câmara uma explicação mínima a contrapor as acusações proferidas. Por outro lado, continuou, a moção de confiança apresentada pelo PSD apenas constituiu um branqueamento que o Sr. Presidente da Câmara

não precisaria. Além disso, na sua opinião, o Sr. Presidente da Câmara tem capacidade suficiente para poder contrapor relativamente ao que foi dito e não está acima de dar alguma satisfação à Assembleia Municipal.

O Sr. Prof. Francisco Garcia tomou, depois a palavra, para fazer a seguinte declaração:

“Não é minha ideia imiscuir-me na vida interna de qualquer outro partido. De qualquer modo, se por desgraça minha eu pertencesse a este PSD, neste momento, em vez de pensar em moções de confiança, teria uma atitude de auto-análise, de julgamento interno, analisava comportamentos. Eu não entrava em moções de confiança, até porque uma moção de confiança, ante o aparato público que se deu a todo este comportamento, é de facto de pensar. E não é de fazer viciações intelectuais, porque é disso que se trata. Uma moção de confiança, aqui, é uma viciação intelectual, é passar uma esponja numa coisa que nos indigna a todos, que criou na política do concelho uma situação e um momento de vergonha.

A coisa pior que se pode fazer à juventude, desencantando-a, afastando-a da política, são coisas deste género, porque os jovens actuam consoante as motivações que sentem e que os envolvem. Ora, isto não é motivação mas desmotivação completa, absoluta e incondicional.

Eu, se fosse do PSD, retirava a moção de confiança porque ela foi uma viciação intelectual. Os mais altos responsáveis do concelho – e aqui permito-me incluir o Sr. Presidente da Câmara – deviam ter o cuidado de não permitir que estas viciações funcionassem e que se indignificasse a política.”

Intervio, em seguida, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves que, depois de ter agradecido a justificação das ausências que ultimamente tem tido às sessões da Assembleia Municipal, apresentou novamente o seu protesto pela hora e dia das sessões deste órgão, solicitando uma explicação ao Sr. Presidente da Mesa sobre o motivo pelo qual a presente sessão não podia ser realizada amanhã, sábado. Seguidamente, perguntou porque é que a documentação lhe é sempre enviada só com quatro ou cinco dias de antecedência sobre a data das sessões.

Depois, numa breve alusão ao 25 de Abril e a tudo o que ele trouxe, incluindo a liberdade, referiu que lhe parecia que, num ou noutro caso, ainda não há a noção do que é este direito, como às vezes se verifica nesta Assembleia quando, por vezes, os seus membros, no uso da palavra, são interpelados por outros membros deste órgão.

Referindo-se, em seguida, ao conteúdo das actas das últimas sessões, disse que tinha verificado que tinham sido colocadas poucas questões concretas sobre os problemas do Vale do Alva, pelo que apelou aos membros daquela zona que sejam mais participativos.

Dirigindo-se, depois, ao Sr. João Abreu questionou-o sobre se o Governo nada tinha feito, confrontando-o com o Subsídio Solidário de Idosos, a reforma da Segurança Social, do Rendimento Mínimo Garantido e da Administração Pública.

Por fim, referindo-se às acusações proferidas pelo ex-Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, disse que, a seu ver, a ameaça é sempre pior do que a consumação dela. Por outro lado, continuou, quem ameaça, deixa expectativas nunca abonatórias em relação ao que se terá passado, deixa um labéu difícil de esclarecer na imaginação das pessoas ao insinuar factos às vezes difíceis de esclarecer, o que é gravíssimo. Mais grave ainda, prosseguiu, é que a qualquer ameaça tem por objectivo último condicionar o comportamento e a liberdade do ameaçado, o que é inadmissível. O principal culpado desta situação, concluiu, é o próprio Presidente da Câmara porque, para além de não conseguir fazer equipas, não sabe escolher as pessoas com quem deve trabalhar. Assim, também está de acordo com os restantes membros da Assembleia Municipal na questão do Sr. Presidente da Câmara prestar alguns esclarecimentos, pois está em causa a sua honorabilidade e a sua responsabilidade por ter escolhido quem escolheu.

Por fim, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, referindo-se à crise do sector têxtil, lembrou que é um problema da própria integração mundial pois Portugal tem cerca de oitenta por cento de empresas que produzem pouco valor acrescentado. A maior parte das empresas não têm um modelo de exploração, com marcas, com design. O que têm é a repetição do que se fazia no estrangeiro, sobretudo em Itália, há uns anos atrás. A estes factores acresce a mão-de-obra pouco qualificada, linhas brancas sem suporte de nome, deficientes sistemas de gestão que não apostam na exportação, na valorização, na qualidade, não reinvestindo os resultados positivos. Ainda sobre esta matéria e reportando-se à intervenção feita pelo Sr. Prof. João Dinis, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves esclareceu que é a Organização Mundial do Comércio que ainda vai conseguindo reter o avanço dos produtos asiáticos.

Para finalizar, referiu que uma das causas subjacentes ao problema da falta de investimento no município de Oliveira do Hospital é a ausência de incentivos e de criação de condições, por parte da Câmara Municipal, para atrair esse mesmo investimento. Seguidamente, desafiou o Sr. Presidente da Câmara para os membros da Assembleia Municipal fazerem uma visita alguns municípios limítrofes, onde estão implantados vários nichos de empresas, diversas localizações empresariais com sucesso e onde o desemprego tem diminuído.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino que começou por dizer que, com o facto da Mesa não ter deliberado no sentido de ser feita votação secreta aquando da proposta efectuada pelo Sr. António Lopes, o Grupo Parlamentar do PSD perdeu uma oportunidade única de demonstrar que o Sr. Presidente da Câmara não é persecutório em relação aos membros da Câmara e das Juntas de Freguesia. Além disso, acrescentou, acredita que o Sr. Presidente da Câmara não tivesse qualquer receio de ser feita a mencionada auditoria.

Depois, fez a seguinte intervenção:

“O projecto desportivo do concelho assenta numas quantas iniciativas de várias colectividades, que vão desde o desporto motorizado, passando pelo

Clube de Ténis de Oliveira do Hospital, diversos clubes de futebol, de futsal, de basquetebol e hóquei em patins.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tem uma política de atribuição de subsídios a estes clubes, conforme os escalões e provas oficiais que os clubes e associações têm, e ainda através da cedência de transporte gratuito. Na totalidade, é despendida uma verba bastante elevada. Parece-me que ninguém tem dúvidas que, se não fossem esses apoios camarários, a grande maioria dos clubes não tinha possibilidade de ter equipas em competição.

Recordo ainda que, na década dos anos oitenta, a nível do futebol distrital, havia mais oito equipas a disputar as provas da Associação de Futebol de Coimbra, quando não havia tantos apoios como hoje há. Lógico que haverá razões para isso, das quais poderei sublinhar duas, entre muitas. Uma é a menor disponibilidade das pessoas para servir o associativismo; outra, as nossas aldeias que têm cada vez menos jovens.

Percebemos hoje que encontramos reduzidos ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital, que tem séniores e iniciados, ao Nogueirense, que tem séniores, o Travanca de Lagos, que tem séniores, o Ervedalense, que tem iniciados e júniores de futsal, o hóquei em patins de Oliveira do Hospital, que tem muitos praticantes, o basquetebol do Sampaense, que também tem formações, e o Clube de Ténis de Oliveira do Hospital.

Quer isto dizer que, na formação, existe um número diminuto de praticantes de desporto de competição. Aquilo que eu gostaria de questionar e achando que a verba que a Câmara Municipal gasta é elevada, é se não podemos ter, com estas verbas, mais e melhor desporto. Eu penso que sim, caso a Câmara e o seu Presidente tentem sentar os agentes desportivos para que, a partir destes, haja uma ideia colectiva do que se quer em termos desportivos para este concelho.

Esta seria uma tentativa de haver um projecto com sustentabilidade e que nos poderia levar a bons resultados desportivos e não a este deserto que havemos de atravessar.

Já ouvi dizer que tal não é possível devido aos bairrismos doentios e que não é função da Câmara nem do seu Presidente tratar de equipas de futebol. Mas o entendimento que tenho sobre esta questão é diferente: é que a Câmara é o verdadeiro motor do desenvolvimento, nas suas diferentes áreas, desde a económica até à desportiva. E por isso também temos um vereador com o pelouro do desporto, que poderá estudar e apresentar-nos, numa próxima sessão da Assembleia, quais os custos totais, directos e indirectos, da política desportiva seguida.

Com esta intervenção não estou a dizer que a política da Câmara é errada mas penso que poderíamos arranjar uma política sustentada em termos de concelho.

Quero ainda afirmar que estou disponível para integrar uma equipa que ajude na concretização de um verdadeiro projecto desportivo neste concelho.

Para terminar, queria propôr a aprovação de um voto de reconhecimento à equipa da Associação Recreativa Cultural Escolas

Desportivas João Veloso, por se ter sagrado Campeã Distrital de Futsal Escolas Desportivas 2005/2006, bem como pelo trabalho de qualidade que ele e os seus colaboradores têm desenvolvido em prol das crianças, tanto no aspecto desportivo como no pedagógico.

Depois, também queria propôr a aprovação de um voto de reconhecimento à Secção de Ténis do Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital, por ter assegurado a subida à 3ª Divisão Nacional, o que se justifica inteiramente pelo trabalho desenvolvido pelos seus jogadores e dirigentes.”

Seguidamente, a Mesa pôs à votação as propostas de votos de reconhecimento apresentadas pelo Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

O Sr. Prof. José Carlos Alexandrino pediu novamente a palavra para solicitar informação ao Sr. Presidente da Câmara sobre qual o motivo pelo qual a Associação Recreativa Cultural Escolas Desportivas João Veloso não recebe o subsídio que a autarquia atribuiu anualmente às associações do concelho.

A Mesa deu ainda a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que contrapôs as afirmações do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves relativamente à Organização Mundial do Comércio e questionou-o sobre que respostas existem para as pessoas que, com vinte ou mais anos de serviço, se vêem, de repente, sem emprego.

Em seguida, relativamente à intervenção do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves sobre o envio tardio da documentação, o Sr. Carlos Rocha esclareceu que foi remetida no dia dezanove de Abril (nove dias antes desta sessão) para todos os membros residentes fora do município e que, aos restantes membros, foi entregue pessoalmente no dia vinte.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que, dirigindo-se ao Sr. Carlos Mendes, esclareceu que nunca foi sua intenção deixar de dar uma resposta à sua primeira intervenção. O que se negou foi a responder à intervenção do Sr. António Lopes por se ter sentido chocado com a forma por ele utilizada para tentar atacar uma pessoa na qualidade de Presidente da Câmara. Se fosse membro da Assembleia Municipal, continuou, seria incapaz de o fazer, mesmo que, no seu lugar, estivesse o seu maior inimigo.

Assim, esclareceu que, como não sabe quais são as irregularidades, as ilegalidades e os actos persecutórios a que se referiu o seu ex-Chefe de Gabinete, só teve como solução remeter o processo ao tribunal para que tudo seja devidamente clarificado.

Prosseguindo, referiu que não abdicava dos seus objectivos, dos seus princípios, assim como não abdicava de demitir alguém quando fosse necessário fazê-lo, pois não tem receio de tomar as atitudes que entender, independentemente do que for dito ou escrito.

O Sr. Presidente da Câmara clarificou ainda que, se há algo que nunca quer perder por qualquer questão política, é a sua honradez e a sua dignidade. Por isso, continuou, é que fez questão de dizer que não se revê na actual

Comissão Política do PSD e que não há diálogo “com pessoas que tomaram as atitudes que tomaram e que fizeram o que fizeram”.

Seguidamente, no que respeita ao Programa Férias Ocupadas, informou que este projecto foi pensado para constituir um complemento aos programas apresentados pelo Governo.

Referindo-se, depois, às questões levantadas sobre as comemorações do 25 de Abril, assumiu a sua culpa acerca do não hastear da bandeira nacional e propôs que seja criada uma comissão para organizar as referidas comemorações já a partir do próximo ano, a qual seja constituída por um elemento de cada partido e da Câmara Municipal. Informou ainda que, neste ano, esteve patente na Casa da Cultura uma exposição sobre o 25 de Abril e que, no Espaço Internet, também foi desenvolvida uma iniciativa, nomeadamente com a passagem de música de Zeca Afonso alusiva àquele período.

No que respeita ao Serviço de Atendimento Permanente, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento que não teve qualquer outra informação sobre o eventual encerramento daquele serviço durante o período nocturno.

Relativamente às intervenções feitas sobre o I.C. 6, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o processo só está em andamento porque o concurso do projecto de execução já tinha sido aberto pelo Governo anterior, para além de terem sido feitos o estudo prévio e o estudo de avaliação do impacto ambiental. No que respeita ao I.C. 7, continuou, a EP – Estradas de Portugal abriram um concurso público designado “IC6 / IC7 / IC 37 – Estudo de Avaliação Estratégica para o Desenvolvimento da Rede Rodoviária Nacional, na Região do Centro Interior”, com um prazo de execução de trezentos dias, que ainda está a decorrer.

Quanto à crítica que lhe foi dirigida pelo Sr. Dr. Francisco Garcia por não convidar S.E. o Secretário de Estado das Obras Públicas para se deslocar a Oliveira do Hospital, o Sr. Presidente informou que tal não correspondia à verdade pois dirigiu-lhe essa missiva antes das eleições autárquicas e que, na altura, compreendeu que não era o momento mais oportuno em termos políticos para tal visita. Assim, tendo em consideração que vai solicitar a marcação de uma audiência com aquele membro do Governo, tem intenção de, nessa ocasião, conseguir a sua anuência para a celebração de um contrato-programa que financie o arranjo da estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha e, então, receberá o Sr. Secretário de Estado para que deixe essa sua “marca” em Oliveira do Hospital.

No que respeita à intervenção do Sr. Prof. João Dinis sobre a defesa da floresta contra incêndios, deu conhecimento que o Plano Municipal de Ordenamento Florestal será apresentado brevemente. Quanto à questão da zona norte do concelho, informou que o Município vai proceder à apresentação de uma nova candidatura ao Fundo Florestal Permanente só para esta área florestal.

Respondendo, depois, ao Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia, comprometeu-se a proceder à abertura de concurso para a atribuição de lotes no Loteamento

Camarário de Ervedal da Beira antes da próxima sessão da Assembleia Municipal.

Dirigindo-se ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, referiu que achou curioso que ele tivesse defendido o Governo na questão dos têxteis e que, quanto ao desemprego, tivesse atribuído as culpas ao Presidente da Câmara.

Ainda no que respeita à questão do emprego, continuou, é falso que nada tenha feito em relação ao encerramento das empresas, pois estabeleceu contactos com quem o devia fazer, nomeadamente com o Governador Civil. Assim, não se demitiu do seu papel neste processo, assumiu uma atitude apaziguadora, tendo ainda há pouco tempo enviado um ofício a S.E. o Secretário de Estado do Emprego no sentido de obter o melhor apoio do Governo para os ex-funcionários da Infinitum que pretendem recuperar aquela empresa.

Por fim, declarou que, para uma clarificação total de muitas falsidades que têm vindo a ser veiculadas sobre o pagamento dos trabalhos a mais de algumas obras, nomeadamente do Parque do Mandanelho, leu um extracto do parecer jurídico emitido sobre a recusa de visto do Tribunal de Contas neste processo:

“Legalidade no pagamento dos trabalhos executados:

As consequências jurídicas da recusa de visto sobre o adicional, reportam-se à sua ineficácia ou insusceptibilidade de produzir efeitos.

Contudo, a lei permite o pagamento dos trabalhos realizados após a celebração do contrato e até à data da notificação da recusa do visto, desde que o respectivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para o mesmo período.

Assim sendo, uma vez que os trabalhos adjudicados já se encontravam realizados antes da notificação da recusa do visto, os mesmos poderão ser pagos, sem que o despacho ou deliberação que autorizar o pagamento implique a prática de qualquer acto ilegal que seja susceptível de censura.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento dos seguintes valores percentuais de trabalhos a mais de diversas empreitadas executadas há alguns anos:

?	Casa da Cultura	- 67,68%
?	Estrada Oliveira do Hospital / Caldas da Felgueira	- 37,93%
?	Piscinas Municipais (Conclusão)	- 34,39%
?	Escola Profissional de Oliveira do Hospital	- 17,46%
?	Execução de divisórias, incluindo tecto falso, na oficina do segundo piso da Eptoliva	- 48,43%
?	Escola Básica Integrada 1, 2, 3 da Cordinha	- 35,57%
?	Escola Básica Integrada 1, 2, 3 de Lagares da Beira	- 34,40%

Sobre esta matéria, o Sr. Presidente da Câmara questionou ainda onde é que estavam os analistas das “derrapagens” e o jornal “Correio da Beira Serra”, que também já existia na altura da execução daquelas empreitadas e que nada escreveu sobre os trabalhos a mais que, apesar de legais, foram excessivos.

Depois desta intervenção, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para referir que foi insuficiente a resposta do Sr. Presidente da Câmara às questões que lhe colocou sobre as acusações que sobre ele foram proferidas. Relativamente ao facto do Sr. Presidente ter mencionado os trabalhos a mais de algumas das obras executadas no mandato liderado pelo Partido Socialista, o Sr. Carlos Mendes declarou que também foi nessa altura que foram feitas as obras marcantes de Oliveira do Hospital, ao contrário do que aconteceu nos últimos dez anos.

Face a esta declaração, o Sr. Presidente da Câmara disse que o Sr. Carlos Mendes devia “andar distraído” ou não devia ler os relatórios pois os últimos Executivos muito fizeram em diversos domínios, nomeadamente na acção social, na educação e no desporto.

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara Municipal tem apoiado a Associação Recreativa Cultural Escolas Desportivas João Veloso (ARCED) através da cedência de transporte e do pavilhão municipal e que não foi atribuído qualquer subsídio porque tem dúvidas sobre a sua legalidade, uma vez que é funcionário da Câmara Municipal.

O Sr. Carlos Rocha, referindo-se à questão levantada pelo Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves sobre a hora e dia de realização das sessões da Assembleia, sugeriu que, ao invés da Mesa impor uma directriz, cada partido poderia indicar a preferência dos seus membros e, assim, chegar-se a uma situação consensual.

Em seguida, entrou-se no ponto I da Ordem do Dia – Informação sobre a actividade municipal –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
02 MAR	Sessão de Abertura das IV Jornadas Pedagógicas da Escola Secundária
02 MAR	Tomada de Posse da Comunidade Intermunicipal do Pinhal – Pampilhosa da Serra
09.MAR	Tomada de Posse de Sua Excelência, o Presidente da República
14.MAR	Assembleia Geral da Empresa de Águas do Zêzere e Côa – Guarda
15.MAR	Reunião com Equipa do PDM
25.MAR	Assembleia Geral Ordinária do Matadouro da Beira Serra
27.MAR	Reunião com Director da ESTGOH
05.ABR	Reunião com Dr. António Trindade – Grupo ENERSIS – ASSUNTO: Hidroeléctrica de Fraga
07.ABR	Reunião com Director do Centro de Emprego de Arganil
10.ABR	APRESENTAÇÃO DO Programa “Férias Ocupadas”
11.ABR	Reunião com IPLB – Lisboa – ASSUNTO: Biblioteca Municipal

- 12.ABR Reunião com Arq. Victor Ferreira – CCDRC – ASSUNTO: Candidatura da Feira e requalificação da Ribeira de Cavalos e Parque dos Marmelos
- 13.ABR Reunião com Direcção da Filarmónica de Ervedal da Beira
- 13.ABR Reunião com Direcção do Centro Paroquial de Solidariedade Social da Bobadela – ASSUNTO: Instalações do Lar de Idosos
- 13.ABR Reunião com Direcção da Obra D. Josefina da Fonseca – ASSUNTO: Projecto de acesso à Instituição
- 19.ABR Reunião do Conselho Directivo da CIP – Pampilhosa da Serra
- 26.ABR Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
- 27.ABR Assembleia Geral da Associação de Municípios do Planalto Beirão

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

- | Projecto  | Ponto de Situação   |
|---|---|
| - Variante Aldeia Formosa / Nossa Senhora da Estrela, em Seixo da Beira | - Aprovada pela Unidade de Gestão do Eixo Prioritário I do PO Centro. Aguarda homologação.  |
| - Variante Zona Industrial / São Paio de Gramaços                       | - Aprovada pela Unidade de Gestão do Eixo Prioritário I do PO Centro. Aguarda homologação.  |
| - Espaço Internet de Nogueira do Cravo                                  | - Apresentada candidatura à Medida III.6 do PO Centro.  |
| - Remodelação e Valorização do Fórum Romano da Bobadela                 | - Aprovada pela Unidade de Gestão do Eixo Prioritário III do PO Centro. Aguarda homologação.  |
| - Plano Orientador de Prevenção (Zona Sul)                              | - Homologada a candidatura à Sub-Acção 3.4 da Medida III.14 do PO Centro.   |
| - Plano de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios           | - Homologada a candidatura no âmbito do Fundo Florestal Permanente (MADRP).   |
| - PRAUD (Gabinete Técnico Local)  | - O Gabinete entrou em funcionamento no dia 01 de Março de 2006.  |
| - XV Feira do Queijo Serra da Estrela, Enchidos e Mel                   | - Apresentada candidatura ao Programa de Emprego e Protecção Social / Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato e do Património Natural, Cultural e Urbanístico (IEFP) |

No final do primeiro ponto da Ordem do Dia, foi feita a apresentação, pelo Sr. Dr. Paulo Rocha, Vice-Presidente da Câmara, do novo site do Município de Oliveira do Hospital.

Depois, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2005.

Sobre esta matéria interveio primeiro a Sra. Engª Dulce Álvaro Pássaro que referiu que o Relatório de Gestão lhe evidenciou que a execução do orçamentado em despesa em várias rubricas foi de apenas 50%, sem que, naquele documento, tivesse sido dada qualquer explicação sobre esta questão, como a lei estipula. Assim, solicitou que lhe fossem explicitados os motivos que estiveram subjacentes à diferença registada entre o orçamentado e o executado nas áreas onde essa discrepância foi maior.

Tomou, depois, a palavra o Sr. Dr. Francisco Garcia para fazer a seguinte declaração:

“Tenho, ao longo dos últimos tempos, chamado a atenção, quer em nome pessoal, quer em nome da organização política de juventude a que presido – Juventude Socialista – para a urgência de medidas práticas e concretas para atrair investimento na área do turismo, área, no nosso entendimento, de grande futuro em Oliveira do Hospital, podendo mesmo vir a ser um dos factores dinamizadores mais importantes da economia local, criando riqueza e, conseqüentemente, postos de trabalho que cada vez mais são mais difíceis de cá encontrar, ajudando a evitar o êxodo dos jovens do nosso concelho para outras regiões, ficando Oliveira amputada de jovens com qualidades que, depois de se estabelecerem num qualquer outro sítio, mais difícil se torna o seu regresso. Eu não fico contente por vê-los partir, até porque são mais-valias intelectuais e de trabalho, que nós perdemos. Outros haverá que, concerteza, ficarão.

Tristemente verificamos que uma questão como o ambiente não é do interesse nem do Sr. Presidente da Câmara, nem do seu Executivo em permanência. Vejamos o desinteresse e leviandade – nada próprios de países e de sociedades civilizadas – com que tratam uma questão como esta, de importância extrema para a saúde pública e para o turismo.

Pergunto: como é que os Srs. têm coragem de não gastar um único cêntimo na despoluição dos nossos rios e na erradicação das lixeiras de céu aberto que pelo nosso concelho proliferam? Será por falta de dinheiro? Tenho a certeza que não porque o Sr. Presidente gaba-se de ter as contas camarárias certinhas. Acho que é simplesmente por falta de capacidade de iniciativa e visão de futuro.

Sr. Presidente: os oliveirenses merecem mais e melhor.

Mas, no que aos jovens diz respeito, não ficamos só por aqui.

Sr. Presidente: quando iremos ter o Conselho Municipal da Juventude a funcionar em pleno cumprindo, assim, o seu regulamento? Há mais de um ano que andamos a apelar que este funcione pois foi para isso que ele foi criado. Ou terá sido apenas para “inglês ver”? Espero que o Conselho Municipal de Juventude não deixe de funcionar porque o Sr. Presidente da Câmara tem medo do que os jovens têm para lhe dizer ou, pior ainda, porque o Sr.

Presidente da Câmara não tem qualquer interesse no que eles têm para dizer.”

Interveio, depois, o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia que começou por referir que, da análise que fez à demonstração dos resultados, verificou que, no que respeita aos proveitos e ganhos, realça uma quebra demasiado acentuada nas receitas em impostos e taxas, comparativamente ao ano de dois mil e quatro. Por outro lado, apenas se regista um acréscimo muito ligeiro nas “transferências e subsídios obtidos”, cerca de 4,5 %. Além disso, através da análise aos custos e perdas, concluiu-se que há um aumento acentuado nos custos com pessoal (11%), talvez fruto de ter sido um ano de eleições autárquicas ou do pagamento de alguns “favores políticos”.

Seguidamente, solicitou informação ao Sr. Presidente sobre qual o motivo subjacente ao aumento acentuado que se verificou nos custos e perdas extraordinárias, bem como em relação às diferenças atrás mencionadas.

Depois, referindo-se à falta de obras estruturantes no concelho, lembrou que essa ausência se regista há doze anos, uma vez que os últimos Executivos e só se têm preocupado com “a pequena obra, o pequeno caminho, o pequeno alcatroamento e os bip’s”, salvo uma ou outra excepção Assim, verifica-se que a Câmara não tem estado interessada em investir nas pessoas e no futuro deste concelho. Deste modo, questionou o que é que a Câmara Municipal pretende fazer em termos estratégicos para o desenvolvimento do concelho, tendo citado alguns exemplos de projectos que considera serem estruturantes para o concelho, como a beneficiação de vias prioritárias e a criação de novas zonas industriais.

Seguidamente, no que respeita à responsabilidade que considera que o Presidente da Câmara tem em matéria de emprego, citou o exemplo de Carregal do Sal, onde os empresários se queixam de falta de mão-de-obra e onde foram criadas vinte e quatro novas empresas, que se instalaram em seis novos parques industriais com a obrigatoriedade de criarem postos de trabalho. Assim, prosseguiu, não podia aceitar que o Sr. Presidente da Câmara se demitisse das suas obrigações, remetendo a culpa para o Governo.

Concluindo, declarou que a história deste concelho há-de ser feita e que se vai chegar à conclusão que, à frente dos destinos de Oliveira do Hospital durante este período, estiveram pessoas sem qualquer visão estratégica.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que fez a seguinte considerações:

? “Actividades e contas de 2005 – não há voto técnico, há voto político, a partir de bases concretas, relatórios e contas. Esta é a parte mais concreta da discussão política.

? Execução – nível satisfatório, do meu ponto de vista.

? Redução da dívida a longo prazo.

? Controlo, sem dúvida apertado, da dívida a curto prazo.

? IMI, sem atingir as taxas máximas.

Portanto, isto globalmente considerado, é positivo, embora a Câmara possa e deva contrair novos empréstimos para fazer obras prioritárias e descentralizadas. Por exemplo: há vinte por cento das despesas de capital investidas nas obras e projectos dentro da cidade, alguns dos quais agora até estão suspensos. Não é que o que venha para a cidade não deva vir; aquilo que, vindo em excesso em épocas de restrições, também deixa de ir para outros lados. E, nisto, admitimos discutir prioridades.

Entretanto, também penso que a Câmara deve investir mais na rede viária do concelho, executando, por exemplo, aquilo que tem em Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e seis e indicado para dois mil e sete. E, aqui, quero realçar que não concordo com o que foi declarado por um Vereador do Partido Socialista aquando da votação deste documentos, ao afirmar que a Câmara gasta demasiado dinheiro na rede viária. Devo dizer que considero mais importante, para a minha freguesia e para a Cordinha, que seja rectificadas aquelas estradas que nos “trespassa” – porque, além do mais, ali estão em causa vidas humanas – do que o IC 6 ou o IC 7.

E quero lembrar aos representantes do Partido Socialista que, por exemplo, o Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e Comunicações afirmou publicamente, em Julho de dois mil e cinco, que conhecia bem a situação da estrada entre Oliveira e Felgueira Velha e que estava por dias a apresentação dos estudos e dos projectos para a correcção dessa estrada. Entretanto e ao que parece, o Sr. Dr. Paulo Campos depressa esqueceu essas afirmações, mesmo depois de lhas termos recordado. E, aliás, aquilo que o Governo respondeu a um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP foi que isso é uma questão da responsabilidade da Câmara Municipal, o que não corresponde ao que foi afirmado pelo Sr. Secretário de Estado.

Eu solicito ao Sr. Presidente que, numa reunião de Câmara e na minha presença, autorize o Sr. Vereador do Partido Socialista que votou contra o Plano de Actividades, a dar a sua opinião sobre a rede viária do concelho e a estrada Oliveira / Felgueira. E faço votos que o Sr. Presidente da Câmara se consiga entender com o Sr. Secretário de Estado sobre esta matéria, até para ajudar certos governantes a não esquecerem os compromissos que assumem.

Eu queria ainda dizer que lamento que, nas contas do exercício de dois mil e cinco da Câmara Municipal, não apareça o custo do arranjo da estrada velha, na freguesia de Vila Franca da Beira, que tem três das piores ruas deste concelho. E aqui, Sr. Presidente, faço-lhe um apelo: deixe de ter, em Vila Franca da Beira, as piores estradas internas dentro de qualquer povoação deste concelho. É o desafio que aqui lhe faço dizendo que, neste contexto, entre o voto técnico e o voto político e por estas considerações, vou abster-me na votação.”

Interveio, em seguida, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves que começou por referir que subscrevia na totalidade as declarações do Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia e que verificava que, nesta Assembleia, não havia humildade intelectual. Explicitando, referiu que tem que se admitir que as outras pessoas também

podem ter alguma razão e que não se devem excluir de imediato as suas ideias só porque não são do mesmo partido.

O que é certo, continuou, é que os factos não desmentem os argumentos e o que é um facto é a situação do Loteamento Industrial de Oliveira do Hospital e do Pólo Industrial da Cordinha, onde ainda não se instalou qualquer empresa. Lembrou também que há dez anos que defende devia ser instalada uma nova zona industrial na área de Nogueira do Cravo e Vendas de Galizes.

Seguidamente, no que respeita aos documentos de prestação de contas, referiu que a variação positiva do passivo não teve grande criatividade por parte da Câmara Municipal. Quanto ao retorno dos subsídios, continuou, devia ser reinvestido em outras obras da mesma área. Depois, solicitou informação sobre a grande variação negativa que se registou na área da educação, cultura, desporto e turismo.

Prosseguindo, realçou como positiva a abertura do Museu Dr. António Simões Saraiva e a possibilidade do sistema multi-municipal das Águas do Zêzere e Côa poder vir a fazer também o abastecimento em baixa e que a Câmara cedeu a posição contratual em relação à ETAR de Penalva de Alva e Caldas de São Paulo. No entanto, continuou, isto vem provar algo que tem vindo a referenciar há muito tempo: que a Câmara devia ter feito o levantamento exaustivo das necessidades do concelho e assumido a execução de algumas obras que, como se está a verificar, eram susceptíveis de serem transmitidas.

Por fim, solicitou informação sobre os critérios que presidem à atribuição de subsídios às freguesias e às colectividades do concelho uma vez que, da publicação semestral obrigatória, não consegue determinar o que está subjacente às verbas concedidas.

O Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para dirigir uma crítica, que considerou ser para todos, no sentido de, quer nas Grandes Opções do Plano, quer no próprio Orçamento, existirem obras que se repetem ano após ano. Depois, registou que as receitas têm vindo a diminuir desde há quatro anos (com a excepção do ano de dois mil e três) e que as despesas têm vindo a decair desde há quatro anos (excluindo o ano transacto). Congratulou-se, em seguida, com o aumento da execução mas criticou o facto de nada ter sido investido na despoluição dos rios e de continuar a haver tantos projectos cuja execução tarda.

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Carlos Rocha, para fazer a seguinte declaração:

“Sobre o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, bem como sobre os documentos de prestação de contas de 2005, oferece-nos dizer o seguinte:

1 – Concorda-se com as realizações que o executivo elegeu para, entre muitas outras, exemplificar como decorreu o ano de 2005. Isto é, também foram muito importantes para todos nós as concretizações seguintes:

- A assinatura dos contratos com a Empresa Águas do Zêzere e Côa;

- a abertura ao público do Museu Dr. António Simões Saraiva, na Bobadela;
- o lançamento do Cartão Social Municipal;
- a animação cultural do Parque do Mandanelho, que antecipa a realização das Festas da Cidade, embora em moldes diferentes;
- a conclusão da EM 515, entre a Ponte sobre o Rio Alva e São Gião;
- a ligação Vila Pouca/Digueifel;
- a obra de requalificação urbanística da cidade;
- o caminho rural entre Santa Ovaia e a Ponte das Três Entradas;
- a rectificação e pavimentação da estrada Aldeia das Dez/Avelar/Alvôco;
- o início da variante Nordeste/Nascente, em Oliveira do Hospital;
- o início da variante Aldeia Formosa/Senhora da Estrela, no Seixo da Beira;
- o início da ligação entre a Zona Industrial e São Paio de Gramaços;
- a beneficiação do caminho Catraia de S. Paio/Santo António do Alva;
- Propositadamente, guardámos para o fim a remodelação e valorização do Fórum Romano da Bobadela ... também para não esquecer a Rotunda do Pinheiro dos Abraços que deu outra dignidade à entrada comum à cidade e à Bobadela.

2 – Nas realizações de responsabilidade da Administração Central, com excepção das novas instalações da ESTGOH cujo início lamentamos que tenha sido protelado, ainda assim não podemos deixar de nos congratular com as seguintes obras pelas quais há muito se batia este Executivo:

- início da construção do Pavilhão Gimnodesportivo da EBI de Lagares da Beira;
- o início da empreitada de ampliação da sala de espera do SAP;
- o lançamento do concurso público para o projecto de execução do troço do IC6, entre Catraia dos Poços e Vendas de Galizes, conjugado com a intenção de S.E. o Sr. Secretário de Estado, Dr. Paulo Campos, de lançar esta obra num futuro muito próximo.
- no campo do ensino, o contrato-programa com o M.E./DREC, para a generalização do Inglês nos 3<sup>os</sup>. e 4<sup>os</sup>. anos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico que se reveste de grande importância para o futuro daquelas crianças que, sem este programa, não teriam acesso a esta disciplina nesta fase das suas vidas.

3 – Sobre as candidaturas, Mapas de páginas 8, 9 e 10 do Relatório de Gestão, apresentadas aos Programas Operacional da Região Centro, Agro, Prodep III, POS\_Conhecimento e Leader, para além das candidaturas co-financiadas pela Administração Central, aprez-nos salientar que muitas destas candidaturas, em 31/12/2005, já tinham uma taxa de execução financeira de 100%.

4 – Análise das Componentes da Receita e da Despesa: embora confirmando o rumo dos anos anteriores, é sempre justo salientar que

48%	Receitas Correntes: 65%	Despesas Correntes:
52%	Receitas de Capital: 35%	Despesas de Capital:

Embora os números constem da página 14, estas percentagens dispensam outros comentários.

5 – A percentagem de execução das Grandes Opções do Plano, espelhada no quadro da página 15, regista a média de 55,45%. Mas, além dos 92,17% conseguidos no objectivo Descentralização, parece-nos justo realçar os 77,14% obtidos no objectivo Habitação e Urbanismo e também no objectivo Comunicações e Transportes, cuja média de 52,67% foi conseguida sobre o objectivo de valor mais elevado, precisamente 5.523.500,00 euros.

6 – Na evolução da estrutura do Balanço referida na página 16 do Relatório de Gestão, a valorização dos bens não considerados em balanços anteriores saúda-se como um facto positivo. Porém, embora reconhecendo que é um trabalho administrativo moroso, difícil e talvez incompreensível para quem tem de o executar, a verdade é que se torna imperioso terminá-lo. Não só para responder aos preceitos legais aplicáveis, mas sobretudo porque num futuro muito breve as Instituições Bancárias que financiam as Câmaras, quando estabelecerem os seus spread's, não vão só ter em conta os resultados operacionais, financeiros e líquidos. É que o valor do Património, fazendo parte do Capital próprio, influencia os rácios de endividamento. As Autarquias caminham a passos largos para um sistema Contabilístico Empresarial, sendo o POCAL de hoje um mero sistema de transição. É uma realidade futura que temos de prevenir...

7 – Quanto à Análise da Demonstração de Resultados por Natureza, cujo facto mais visível é um RLE positivo de 1.473.451,01 euros, é pertinente uma explicação quanto ao valor da rubrica Custos e Perdas Extraordinários, no total de 1.318.116,67 euros, cujas componentes principais são as verbas de 1.022.273,90 euros, referente às transferências de Capital para as diversas Associações, Clubes, Juntas de Freguesia e outras Entidades, bem como a de 274.389,50 euros inerente à correcção da contabilização da EBI da Ponte das Três Entradas.

Por fim, não podemos deixar de agradecer a todos os Funcionários desta Câmara Municipal que, com o seu empenhamento, dedicação e esforço, contribuíram para estes resultados.

E não nos fica mal se estendermos esse agradecimento aos membros do executivo e aos elementos que compõem o seu “staff”..

De todo o exposto e para concluir, temos de enaltecer a redução global da dívida no montante de 602.266,45 euros durante o ano de 2005, apesar do aumento da execução orçamental conseguido e especialmente por se verificar num ano de eleições autárquicas. Estes resultados são a confirmação de que esta Câmara Municipal pode continuar a fazer as obras que todos desejamos, pode continuar a fazer uma política de qualidade nos campos Cultural e Social

e tem condições para apoiar e fomentar o desenvolvimento económico. Pelo capital de confiança que este Executivo soube e vai continuar a construir ao longo deste mandato propomos a aprovação das Contas de Gerência do ano de 2005.”

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. Manuel Garcia para realçar o trabalho meritório que a Câmara Municipal tem feito nas áreas cultural e social, salientando os diversos projectos em que a autarquia é promotora ou parceira.

O Sr. Prof. João Dinis interveio ainda para referir que, no âmbito social, continuam a verificar-se “barbaridades” neste concelho, no que respeita ao apoio social a crianças, jovens em risco, famílias carenciadas e outros. Isto porque, ao mesmo tempo, há diversas entidades que se sobrepõem sobre os mesmos casos, cada uma com o seu projecto próprio, com a sua candidatura própria, acabando por se gastar mais dinheiro com as instituições do que com os utentes.

Seguidamente, fez o seguinte apelo ao Sr. Presidente da Câmara:

“Que a Câmara Municipal e a CPCJ tenham a coragem de intervir “a doer” nesta matéria para que, de facto, os destinatários deste tipo de intervenção – sobretudo crianças e jovens desprotegidos – o sejam de facto.

Nunca, nos últimos anos, se gastou tanto dinheiro público na assistência social por entidades privadas... mas cada vez há mais pessoas carenciadas, de entre as quais crianças.”

Por fim, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar algumas informações e esclarecimentos. Começou por lembrar que as Grandes Opções do Plano são uma gestão de expectativas. Assim, qualquer que seja o partido ou a pessoa que esteja à frente da autarquia, o Plano é feito da mesma forma; as prioridades é que podem ser diferentes e é aqui que há divergências.

Seguidamente, sobre as questões levantadas pela Sra. Eng<sup>o</sup> Dulce Álvaro, esclareceu que, no caso da água e do saneamento, existe uma grande diferença entre o que estava previsto e o que foi executado devido à adesão às Águas do Zêzere e Côa.

No que diz respeito ao facto de não ter sido despendida qualquer verba com a despoluição dos rios, o Sr. Presidente explicou que a Câmara já fez quase tudo o que podia ter feito pois construiu ETAR's para tratamento dos efluentes. Assim, cabe ao Ministério do Ambiente e a outros agentes desta área, fiscalizarem situações de poluição privada, nomeadamente no Rio Alva. Quanto às lixeiras, referiu que agradecia que a sua existência fosse comunicada à Câmara para que se possa recolher os resíduos, como se faz habitualmente.

Seguidamente, referindo-se às críticas que lhe foram dirigidas sobre a falta de projectos estruturantes e ao exemplo do Carregal do Sal como um município que sabe atrair o investimento, o Sr. Presidente lembrou que aquele concelho é servido por excelentes acessos rodoviários e ferroviários, o que não acontece em Oliveira do Hospital.

Depois, esclareceu que a política de apoio às freguesias e colectividades é transparente e votada sempre por unanimidade no Executivo e que existem apoios diferenciados, consoante os investimentos a realizar.

Por fim, referiu que, dentro da gestão de expectativas que tinha mencionado, na sua opinião, a taxa de execução em nada envergonha a Câmara Municipal e que não há nenhum empreiteiro ou fornecedor que não elogie o Município de Oliveira do Hospital, o que deve ser motivo de orgulho e de alegria.

Terminadas as intervenções sobre os Documentos de Prestação de Contas do ano dois mil e cinco, foram os mesmos colocados à votação, tendo sido aprovados por maioria, com sete abstenções.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do Resultado Líquido do ano de 2005.

Não havendo quaisquer intervenções sobre esta matéria, a proposta foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo duas horas e trinta minutos, o Sr. Dr. Simões Saraiva declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim \_\_\_\_\_  
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) \_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário) \_\_\_\_\_

(Segundo Secretário) \_\_\_\_\_